

II – O orçamento de investimento das empresas em que o Município direta ou indiretamente detém a maioria do capital social com direito a voto;

III – O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados da administração direta e indireta do município, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Parágrafo único – Integrarão a Lei orçamentária demonstrativos específicos com detalhamento das ações governamentais, em nível mínimo de:

I – Órgão ou entidade responsável pela realização da despesa e função;

II – objetivos e metas;

III – natureza da despesa;

IV – fontes de recursos;

V – órgão ou entidade beneficiários;

VI – identificação dos investimentos, por região do Município;

VII – identificação de forma regionalizada, dos efeitos, sobre as receitas e as despesas, decorrentes de isenções, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Art. 125 – A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e a fixação da despesa, não se incluindo na proibição autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação da receita, nos termos da lei.

Art. 126 – A lei orçamentária assegurará investimentos prioritários em programa de educação, saúde, habitação, saneamento básico e promoção social.

Parágrafo único – Os recursos para os programas de saúde não serão inferiores a dois terços dos investimentos destinados a educação.

Art. 127 – Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados por comissão permanente da Câmara, a qual caberá:

I – examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito;

II – examinar e emitir parecer sobre os planos e programas e exercer o acompanhamento da fiscalização orçamentária, sem prejuízos de atuação das demais comissões da Câmara;

§ 1º - As emendas serão apresentadas na comissão permanente, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas na forma regimental.

§ 2º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou a projeto que a modifique somente podem ser aprovadas caso:

I – Sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidem sobre:

- a) dotações para pessoal e seus encargos;
- b) serviços de dividas; ou

III -sejam relacionadas:

- a) com a correção de erros ou omissões; ou
- b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 3º - O recurso que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

§ 4º - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º - O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara para propor modificações nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na comissão permanente, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º - Os projetos de lei do plano plurianual das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito à Câmara, nos termos e prazos fixados pela legislação específica.

§ 7º - O não cumprimento do disposto no § 6º implica na elaboração, pela comissão permanente da Câmara, de projeto de lei sobre a matéria, tomando por base a respectiva legislação vigente.

§ 8º - Rejeitado pela câmara o projeto de lei orçamentária anual, prevalecerá, para o ano seguinte, o orçamento do exercício em curso, aplicando-se-lhe a atualização de valores.

§ 9º - Se a Câmara não devolver, para sanção, o projeto de lei do orçamento anual no prazo consignado da legislação específica, o Prefeito promulgá-lo-á como lei.

§ 10º - Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

Art. 128– São vedados:

I – O início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II– a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários adicionais;

III– a realização de operações de crédito, nos seguintes casos:

a) sem autorização legislativa em que se especifiquem a destinação, o valor, o prazo da operação, a taxa da remuneração do capital, as datas de pagamento, a espécie dos títulos e a forma de resgate, salvo disposição diversa em legislação federal e estadual.

b) que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pela câmara, por maioria de seus membros.

IV – a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundos ou despesas ressalvadas a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 147 e apresentação de garantias às operações de crédito por antecipação da receita, prevista no art. 125.

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – a transposição, o remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º - Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos extraordinários e especiais terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos os limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito, extraordinário somente será admitida, “ad referendum” da Câmara, por resolução, para atender às despesas imprevisíveis e urgentes, decorrentes de calamidade pública.

Art. 129 – A despesa com pessoal ativo e inativo do município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal.

**TITULO IV
DA SOCIEDADE
CAPITULO I
DA ORDEM SOCIAL
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 130 – A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem estar e a justiça sociais.

Parágrafo único – São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade, e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição da República e desta Lei Orgânica.

SEÇÃO II DA SAÚDE

Art. 131– A saúde é direito de todos e dever do poder público assegurado mediante políticas econômicas, sociais, ambientais e outras que visem à prevenção e à eliminação do risco de doenças e outros agravos a ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, sem qualquer discriminação.

Parágrafo único – O direito à saúde implica a garantia de:

I – Condições dignas de trabalho, renda, moradia, alimentação, educação, lazer e saneamento;

II – participação da sociedade civil na elaboração de políticas, na definição de estratégias de implementação e no controle das atividades com impacto sobre a saúde, entre elas as mencionadas no item I;

III – acesso às informações de interesse da saúde individual e coletiva, bem como sobre as atividades desenvolvidas pelo sistema;

IV – respeito ao meio ambiente e controle de poluição ambiental;

V – acesso igualitário às ações e aos serviços de saúde;

VI – dignidade, gratuidade e boa qualidade no atendimento e no tratamento de saúde;

VII – opção quanto ao número de filhos.

Art. 132 – As ações e serviços de saúde são de relevância pública e cabem ao poder público sua regulamentação, fiscalização e controle, na forma da lei.

Art. 133 – As ações e serviços públicos de saúde integram o Sistema Único de Saúde, que se organiza, no município, de acordo com as seguintes diretrizes:

I – Comando político administrativo único das ações a nível de órgão central do sistema, articulado aos níveis estadual e federal, formando uma rede regionalizada e hierarquizada;

II – participação da sociedade civil;

III – integralidade da atenção à saúde, entendidas como o conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos curativos e de recuperação individuais, e coletivos, exigidos para cada caso e em todos os níveis de complexidade do sistema adequado as realidades epidemiológicas;

IV – integração, em nível executivo, das ações originárias do sistema único com as demais ações setoriais do município;

V – proibição de cobrança do usuário pela prestação de serviços de assistência a saúde, salvo na hipótese de opção por acomodações diferenciadas;

VI – distritalização dos recursos, serviços e ações, segundo critérios de contingente populacional e demanda;

VII – desenvolvimento dos recursos humanos e científico tecnológicos dos sistemas adequados às necessidades da população.

Parágrafo único – Na distribuição dos recursos, serviços e ações a que se refere o inciso I, serão observados o disposto nos planos diretor, plurianual e na lei das diretrizes orçamentárias e no princípio de hierarquização, compreendidos, para tal fim os seguintes equipamentos :

I – Unidades locais de saúde;

II – policlínicas;

III – hospitais gerais.

Art. 134 – Compete ao Município, no âmbito do Sistema Único de Saúde a quem de outras atribuições previstas na legislação federal:

I – a elaboração e atualização periódica do plano municipal de saúde, em consonância com os planos estadual e federal e com a realidade epidemiológica;

II – a direção, gestão, controle e avaliação das ações de saúde a nível municipal;

III – administração do fundo municipal de saúde e a elaboração de proposta orçamentária;

IV – o controle da produção ou extração, armazenamento, transporte e distribuição de substâncias, produtos, máquinas e equipamentos que possam apresentar riscos a saúde da população;

V – o planejamento e a execução das ações de vigilância epidemiológicas e sanitária, incluindo os relativos à saúde dos trabalhadores e ao meio ambiente, em articulação com os demais órgãos e entidades governamentais;

VI – oferecimento aos cidadãos, por meio de equipes multiprofissionais e de recursos de apoio, de todas as formas de assistência e tratamento necessárias e adequadas, incluindo práticas alternativas reconhecidas;

VII – a promoção gratuita e prioritária de cirurgia interruptiva de gravidez, nos casos permitidos por lei, pelas unidades do sistema público de saúde;

VIII – a normalização complementar e a padronização dos procedimentos relativos à saúde por meio de código sanitário municipal;

IX – a formulação e implementação de política de recursos humanos na esfera municipal, com vistas à valorização do profissional da área de saúde, mediante instituição de planos de carreira e de condições para reciclagem periódica;

X – o controle dos serviços especializados em segurança e medicina do trabalho;

XI – a adoção de rígida política de fiscalização e controle de endemias;

XII – a informação à população sobre os riscos e danos à saúde e medidas de prevenção e controle, inclusive mediante a promoção da educação sanitária em todos os níveis das escolas municipais;

XIII – a prevenção, tratamento e reabilitação de deficiências.

Art. 135 – O Poder Público poderá contratar a rede privada, quando houver insuficiência de serviços públicos para assegurar a plena cobertura assistencial à população.

§ 1º - A rede privada, enquanto contratada, submete-se ao controle da observância das normas técnicas estabelecidas pelo poder público e integra o sistema de saúde ao nível municipal.

§ 2º - Terão prioridade para contratação as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 3º - É assegurado a administração do Sistema Único de Saúde o direito de intervir na execução do contrato de prestação de serviços quando ocorrer infração de normas contratuais e regulamentares.

§ 4º - Caso a intervenção não restabelecer a normalidade da prestação de atendimento a saúde da população, poderá o Poder Executivo promover a desapropriação da unidade ou rede prestadora de serviços.

Art. 136 – O Sistema Único de Saúde, no âmbito do município, será financiado com recursos do orçamento municipal e dos orçamentos da seguridade social da União e do Estado, além de outras fontes, os quais constituirão o fundo municipal de saúde.

Parágrafo único – É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios e subsídios, bem como a concessão de prazos ou juros privilegiados às entidades privadas com fins lucrativos.

Art. 137 – As pessoas físicas ou jurídicas que gerem riscos ou causem danos a saúde de pessoas ou grupos assumirão o ônus do controle e da reparação de seus atos.

Art. 138 – O Município priorizará a assistência à saúde materno infantil.

Art. 139 – Assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

SEÇÃO III DO SANEAMENTO BÁSICO

Art. 140 – Compete ao poder público formular e executar a política e os planos plurianuais de saneamento básico, assegurando:

I – o abastecimento de água para a adequada higiene, conforto e qualidade compatível com os padrões de potabilidade.

II – a coleta e disposição dos esgotos sanitários, dos resíduos sólidos e drenagem das águas pluviais, de forma a preservar o equilíbrio ecológico e prevenir ações danosas à saúde;

III – controle de vetores;

§ 1º - As ações de saneamento básico serão precedidas de planejamento que atenda aos critérios de avaliação do quadro sanitário da área a ser beneficiada, objetivando a reversão e a melhoria do perfil epidemiológico.

§ 2º - O Poder Público desenvolverá mecanismos institucionais que compatibilizem as ações de saneamento básico, habilitação, desenvolvimento urbano, preservação do meio ambiente e gestão dos recursos hídricos buscando integração com outros municípios nos casos em que se exigirem ações conjuntas.

§ 3º - As ações municipais de saneamento básico serão executadas diretamente ou por meio de concessão ou permissão, visando ao atendimento adequado à população.

Art. 141 – O Município manterá sistema de limpeza urbano, coleta, tratamento e destinação final do lixo.

§ 1º - A coleta de lixo será seletiva.

§ 2º - O Poder Público estimulará o acondicionamento seletivo dos resíduos para facilitar a coleta.

§ 3º - Os resíduos recicláveis devem ser acondicionados de modo a serem reintroduzidos no ciclo do sistema ecológico.

§ 4º - Os resíduos não recicláveis devem ser acondicionados de maneira a minimizar o impacto ambiental.

§ 5º - O lixo hospitalar terá destinação final em incinerador público.

§ 6º - As áreas resultantes de aterro sanitário serão destinadas a parques e áreas verdes.

§ 7º - A coleta e a comercialização dos materiais recicláveis por meio de cooperativas de trabalho será estimulada pelo poder público.

§ 8º - O Município implementará medidas visando a transformação do lixo urbano em adubos e ou fertilizantes.

SEÇÃO IV DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 142 – A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade

civil, para garantir o atendimento às necessidades básicas, tendo como objetivos: (Redação dada pela Emenda 02)

I – proteção à família, à maternidade, à adolescência e à velhice; (Redação dada pela Emenda 02)

II – o amparo às crianças, adolescentes e doentes carentes; (Redação dada pela Emenda 02)

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho; (Redação dada pela Emenda 02)

IV – a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiências e a promoção de sua integração na sociedade. (Redação dada pela Emenda 02)

§ 1º - O Município estabelecerá uma política de assistência social através de lei própria, observando os princípios e diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social Federal, lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993, bem como: (Redação dada pela Emenda 02)

I – destinar recursos financeiros na ordem de 10% do orçamento municipal para o Fundo Municipal de Assistência Social, além de outras fontes; (Redação dada pela Emenda 02)

II – destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social; (Redação dada pela Emenda 02)

III– efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral; (Redação dada pela Emenda 02)

IV– executar os projetos de enfrentamento da pobreza; (Redação dada pela Emenda 02)

V– atender às ações assistenciais que serão regulamentados por lei própria; (Redação dada pela Emenda 02)

VI– prestar os serviços assistenciais de que trata o artigo 23º da Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro de 1993; (Redação dada pela Emenda 02)

VII– o Sistema Municipal de Assistência Social será organizado numa rede municipal de assistência social sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social; (Redação dada pela Emenda 02)

VIII– a instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da assistência social, de caráter permanente e composição paritário entre o governo e a sociedade civil é o Conselho Municipal de Assistência Social, cuja composição e atribuições deverão ser regulamentadas por lei própria; (Redação dada pela Emenda 02)

IX– o Fundo Municipal de Assistência Social, órgão de financiamento da política de assistência social, será vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e gerenciado pelo Conselho Municipal de Assistência Social, conforme dispuser a lei; (Redação dada pela Emenda 02)

X– o Município poderá celebrar convênios com entidades e organizações de assistência social, em conformidade com o plano municipal de assistência social, aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social. (Redação dada pela Emenda 02)

§ 2º - O Município poderá firmar convênios com entidade beneficente e de assistência social para execução do plano. (Redação dada pela Emenda 02)

SEÇÃO V DA EDUCAÇÃO

Art. 143 – A educação, direito de todos, dever do poder público e da sociedade, tem como objetivo o pleno desenvolvimento do cidadão, tornando-o capaz de refletir criticamente sobre a realidade e qualificando-o para o trabalho.

Parágrafo único: É dever do Município promover prioritariamente o atendimento pedagógico em creches, a educação pré-escolar e o ensino de primeiro grau, além de expandir o ensino de segundo grau, com a participação da sociedade e a cooperação técnica e financeira da união e do estado.

Art. 144 – O dever do Município para com a educação será concretizado mediante a garantia de:

I – Ensino de primeiro grau, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria;

II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino de segundo grau;

III – atendimento educacional especializado ao portador de deficiência, sem limite de idade, na rede regular de ensino com garantia de recursos humanos capacitados, vagas, material e equipamento públicos adequados.

IV – preservação dos aspectos humanísticos e profissionalizantes do ensino de segundo grau;

V – expansão e manutenção da rede municipal de ensino, criação de cursos profissionalizantes e com a dotação de infra-estrutura e equipamento adequados.

VI – atendimento pedagógico gratuito em creche e pré-escola às crianças de até seis anos de idade, em horário integral, e com a garantia de acesso ao ensino de primeiro grau;

VII – propiciamento de acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VIII – atendimento à criança nas creches e pré-escola e no ensino de primeiro grau, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório é gratuito, bem como ao atendimento em creche e pré-escola, é direito público subjetivo.

§ 2º - O não oferecimento do ensino pelo poder público municipal, sua oferta irregular, o não atendimento ao portador de deficiência, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao Município recensear os educandos em idade de escolarização obrigatória e zelar pela freqüência à escola.

Art. 145 – Na promoção da educação pré-escolar e do ensino de primeiro e segundo graus, o município observará os seguintes princípios:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de idéias e de concepções filosóficas, políticas, estéticas, religiosas e pedagógicas, que conduza o educando a formação de uma postura ética e social próprias;

IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, extensiva a todo o material didático escolar e a alimentação do aluno, inclusive nos períodos de férias e recessos escolares para o carente.

V – valorização dos profissionais do ensino público municipal, com a garantia de plano de carreira, com piso de vencimento profissional, com ingresso exclusivamente por concurso público realizado sempre que necessário ao preenchimento de vagas, sob o regime jurídico único, adotado pelo município para seus servidores.

VI – garantia do princípio do mérito, objetivamente apurado, na carreira do magistério;

VII – garantia do padrão de qualidade, mediante:

a) reciclagem periódica dos profissionais da educação;

b) avaliação cooperativa periódica por órgão próprio do sistema educacional, pelo corpo docente, pelos alunos e pelos seus responsáveis;

c) funcionamento de bibliotecas, laboratórios, salas de multimeios, equipamentos pedagógicos próprios e rede física adequada ao ensino ministrado;

VIII – gestão democrática do ensino público, mediante, entre outras medidas, a instituição:

a) de assembléia escolar, enquanto instância de deliberação da escola municipal, composta por servidores nela lotados, por alunos e seus pais e membros da comunidade;

b) de direção colegiada de escola municipal;

c) seleção competitiva interna para o exercício de cargo comissionado de coordenadores da escola municipal para período fixado em lei, prestigiadas na apuração objetiva do mérito dos candidatos, a experiência profissional e habilitação legal, a titulação e aptidão para a liderança, a capacidade de gerenciamento, na forma da lei e a prestação de serviços no estabelecimento por pelo menos dois anos.

IX – incentivo à participação da comunidade no processo educacional;

X – preservação dos valores educacionais locais;

XI – garantia e estímulo à organização autônoma dos alunos, no âmbito das escolas municipais.

Art. 146 – Para o atendimento pedagógico às crianças de até seis anos de idade, o município deverá:

I – criar, implantar, implementar, orientar, supervisionar e fiscalizar as creches;

II – atender, por meio de equipe multidisciplinar, composta por professor, pedagogo, psicólogo, assistente social, enfermeiro e nutricionista, às necessidades da rede municipal de creches;

III – propiciar cursos e programas de reciclagem, treinamentos, gerenciamento administrativo e especialização, visando à melhoria e ao aperfeiçoamento dos trabalhadores de creches;

IV – estabelecer normas de construção e reforma de logradouros e dos edifícios para o funcionamento de creches, buscando soluções arquitetônicas adequadas à faixa etária das crianças atendidas;

V – estabelecer política municipal de articulação junto às creches comunitárias e às filantrópicas.

§ 1º - O Município fornecerá instalações e equipamentos para creches e pré-escolas, observados os seguintes critérios:

I – prioridade para as áreas de maior densidade demográfica e de menor faixa de renda;

II – escolha do local para funcionamento de creche e pré-escola, mediante indicação da comunidade;

III – integração de pré-escolas e creches.

§ 2º - Cabe ao poder público Municipal o atendimento em creches comuns, de criança portadora de deficiência, oferecendo, sempre que necessário, recursos da educação especial.

Art. 147 – O Município aplicará, anualmente, nunca menos de vinte e cinco por cento da receita orçamentária corrente, exclusivamente na manutenção e expansão do ensino público municipal.

Art. 148 – Fica assegurado a cada unidade do sistema municipal de ensino o fornecimento de recursos necessários à sua conservação, manutenção, vigilância, aquisição de equipamentos e materiais didático-pedagógicos, conforme dispuser a lei orçamentária e no limite por ela estabelecido.

Art. 149 – As escolas municipais deverão contar, entre outras instalações e equipamentos, com laboratório, bibliotecas, auditório, cantina, sanitário, vestiário, quadra de esportes e espaço não cimentado para recreação.

§ 1º - O Município garantirá o funcionamento de biblioteca em cada escola municipal, acessível à população e com acervo necessário ao atendimento dos alunos.

§ 2º - As unidades municipais de ensino adotarão livros didáticos não consumíveis, favorecendo o reaproveitamento dos mesmos.

§ 3º - É vedada a adoção de livro didático que dissemine qualquer forma de discriminação e preconceito.

§ 4º - O prédio e o mobiliário escolares deverão conformar-se aos princípios ergonômicos.

Art. 150 – O currículo escolar de primeiro e segundo graus das escolas municipais incluirá conteúdos programáticos sobre a prevenção do uso de drogas e de educação para a segurança do trânsito.

Parágrafo único – O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

Art. 151 – Os estabelecimentos municipais de ensino observarão os seguintes limites na composição de suas turmas:

- I – pré-escolar até vinte alunos;
- II – de 1ª a 2ª séries do 1º grau, até vinte e cinco alunos;
- III – de 3ª e 4ª séries do primeiro grau, até trinta alunos;
- IV – de 5ª a 8ª séries do primeiro grau, até trinta e cinco alunos;
- V – segundo grau, até quarenta alunos.

Parágrafo único – O quadro de pessoal necessário ao funcionamento das unidades municipais de ensino será estabelecido em lei, de acordo com o número de turmas, turnos e séries existentes na escola.

SEÇÃO VI DA CINÊNCIA E TECNOLOGIA

Art. 152 - O Município promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a difusão e a capacitação tecnológicas, voltadas preponderantemente para a solução de problemas locais.

§ 1º - O Poder Executivo implantará política de formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia e concederá, aos que dela se ocupam, meios e condições especiais de trabalho.

§ 2º - Os recursos necessários a efetiva operacionalização da política de que trata o parágrafo anterior serão consignados no orçamento municipal e obtidos dos órgãos e entidades de fomentos federais e estaduais, mediante projetos de pesquisa.

§ 3º - O Município recorrerá preferencialmente aos órgãos e entidades de pesquisa estaduais e federais nele sediados, promovendo a integração intersetorial por meio da implantação de programas integrados em consonância às necessidades das diversas demandas científicas, tecnológicas e ambientais afeta às questões municipais.

§ 4º - O Município deverá consorciar-se a outros para o trato das questões previstas neste artigo, quando evidenciada a pertinência técnica e administrativa.

SEÇÃO VII DA CULTURA

Art. 153 – Todo cidadão é um agente cultural e o poder público incentivará por meio de política de ação cultural democraticamente elaborada, as diferentes manifestações culturais no município.

Parágrafo Único – O Município protegerá as manifestações das culturas populares e dos grupos étnicos participantes do processo civilizatório nacional e promoverá, em todos os níveis das escolas municipais, a educação sobre a história local e a dos povos indígenas e de origem africana.

Art. 154 – Constituem patrimônio cultural do município os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores do povo brumadinhense, entre os quais se incluem:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações tecnológicas, científicas e artísticas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artísticas e culturais;
- V – os sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O teatro de rua, a música, por suas múltiplas formas e instrumentos, a dança, a expressão corporal, o folclore, as artes plásticas, as cantigas de roda, o carnaval, entre outras, são consideradas manifestações culturais.

§ 2º - Serão objeto de incentivo financeiro especial e estabelecido por lei, as bandas de música, a banda moçambique, congado e folia de reis.

§ 3º - Todas as áreas públicas, especialmente os parques, jardins e praças públicas são abertas às manifestações culturais.

§ 4º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de fatos relevantes para a cultura municipal.

Art. 155 – O Município, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá, por meio de inventários pesquisas, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação.

Parágrafo único – Compete ao arquivo público reunir, catalogar, preservar, restaurar, microfilmar e registrar por meios de expressão audiovisual e colocar à disposição do público, para consulta, através de documentos, textos, publicações, vídeos e fotos e todo tipo de material relativo à história do município.

Art. 156 – O poder público elaborará e implementará, com a participação e cooperação da sociedade civil, plano de instalação de centro cultural, com a escola municipal de música, e de bibliotecas públicas nos distritos e povoados.

§ 1º - O Poder Executivo poderá celebrar convênios atendidas as exigências desta Lei Orgânica, com órgãos e entidades públicos, sindicatos, associações de

moradores e outras entidades da sociedade civil para viabilizar o disposto no artigo.

§ 2º - Junto ao centro cultural e às bibliotecas serão instaladas, progressivamente, oficinas ou cursos de redação, artes plásticas, artesanato, dança e expressão corporal, cinema, teatro, literatura, filosofia e fotografia, além de outras expressões culturais e artísticas.

SEÇÃO VIII DO MEIO AMBIENTE

Art. 157 – Todos os componentes dos ecossistemas devem ser preservados, mantidas a plenas condições de seus processos vitais, de forma a assegurar o meio ambiente harmônico necessário à saudável qualidade de vida, direito essencial e bem de uso comum dos cidadãos impondo-se ao poder público e à coletividade sua defesa e manutenção.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público municipal, entre outras atribuições:

I – promover a educação ambiental multidisciplinar em todos os níveis das escolas municipais e disseminar as informações necessárias ao desenvolvimento da consciência crítica da população para a preservação do meio ambiente;

II – prevenir e controlar a poluição, a erosão, o assoreamento e outras formas de degradação ambiental;

III – assegurar o livre acesso às informações ambientais básicas e divulgar sistematicamente, os níveis de poluição e de qualidade do meio ambiente do município;

IV – preservar as florestas, a fauna e a flora, inclusive controlando a extração, captura, produção, comercialização, transporte e consumo de seus espécimes e subprodutos, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade;

V – criar parques, reservas, estações ecológicas, e outras unidades de conservação, mantê-los sob especial proteção e dotá-los da infraestrutura indispensável às suas finalidades;

VI – estimular e promover o reflorestamento com espécies nativas, objetivando especialmente a proteção de encostas e dos recursos hídricos;

VII – fiscalizar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que importem riscos para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, bem como o transporte e o armazenamento dessas substâncias no território municipal;

VIII – sujeitar a prévia anuência do órgão municipal de controle e política ambiental o licenciamento para início, ampliação ou desenvolvimento de atividades, construção, reforma de instalações, capazes de causar degradação do meio ambiente, sem prejuízo de outras exigências legais;

IX – estimular a pesquisa, o desenvolvimento e a utilização de fontes de energia alternativa não poluentes, bem como de tecnologias poupadoras de energia;

X – implantar e manter hortos florestais destinados à recomposição da flora nativa e à produção de espécies diversas, destinadas a arborização dos logradouros públicos;

XI – promover ampla arborização dos logradouros públicos de área urbana, bem como a reposição dos espécimes em processo de deterioração ou morte;

§ 2º - O licenciamento de que trata o inciso VIII do parágrafo anterior estende-se a qualquer projeto industrial para instalar-se ou para renovação de alvará situado às margens do Rio Paraopeba e dependerá de prévia apresentação do RIMA (relatório de impacto do meio ambiente) e aprovação do Legislativo.

§ 3º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado, desde o início da atividade, a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica previamente indicada pelo órgão municipal de controle e política ambiental.

§ 4º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, inclusive a interdição temporária ou definitiva, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 5º - As empresas deverão dispor efluentes a montante da área de captação.

Art. 158 – São vedados no território municipal:

I – a produção, distribuição e venda de aerossóis que contenham clorofluorcarbono;

II – a disposição inadequada e a eliminação de resíduo tóxico;

III – a caça profissional, amadora e esportiva;

IV – a emissão de sons e ruídos que prejudiquem a saúde, o sossego e o bem estar públicos.

Art. 159 – É vedado ao poder público contratar e conceder privilégios fiscais a quem estiver em situação de irregularidade face às normas de proteção ambiental.

Parágrafo único – Às concessionárias ou permissionárias de serviços públicos municipais, no caso de infração às normas de proteção ambiental, não será admitida renovação da concessão ou permissão, enquanto perdurar a situação de irregularidade.

Art. 160 - Cabe ao poder público:

I – Reduzir ao máximo a aquisição e utilização de material não recicláveis e não biodegradável, além de divulgar os malefícios deste material sobre o meio ambiente;

II – fiscalizar, por meios técnicos específicos, a composição do óleo diesel distribuído no município e a emissão de poluentes por veículos automotores, bem como estimular a implantação de medidas e uso de tecnologias que venham minimizar seus impactos;

III – implantar medidas corretivas e preventivas para recuperação dos recursos hídricos;

IV – estimular a adoção de alternativas de pavimentação, como forma de garantir menor impacto à permeabilidade do solo;

V – implantar e manter áreas verdes de preservação permanente, em proporção nunca inferior a doze metros quadrados por habitante, distribuídos equitativamente por administração regional;

VI – fiscalizar e monitorar os níveis de poluição sonora, visando manter o sossego e o bem estar públicos;

VII – registrar e controlar o uso de moto serra;

VIII – arborizar as margens das estradas municipais;

IX - instituir em noventa dias o Conselho Municipal de Defesa do Rio Paraopeba e seus afluentes, para atuar nos limites de seu território em conjunto com a União e o Estado;

X - participar de sistema integrado de gerenciamento de recursos hídricos, isoladamente ou em consórcio com outros municípios da mesma bacia hidrográfica, assegurando para tanto, meios financeiros institucionais;

XI – coibir o desmatamento indiscriminado sobre margens fluviais que impliquem em riscos de erosão, enchentes, proliferação de insetos e outros danos à população;

XII – promover e estimular o reflorestamento ecológico em área degradada, objetivando especialmente proteger as bacias hidrográficas e os terrenos sujeitos a erosão ou inundação com recomposição paisagística;

XIII – criar mecanismo de atuação conjunta e integrada, com outros municípios e com poder público, que atuem na proteção do meio ambiente e áreas correlatas sem prejuízo da competência e da autonomia municipal;

XIV – considerar como áreas a serem especialmente protegidas, observada a competência do Estado:

a) as nascentes e as faixas marginais das águas superficiais;

b) as áreas que abriguem exemplares raros, ameaçados de extinção ou insuficientemente conhecidos da flora e da fauna, bem como aqueles que sirvam de pouso, abrigo ou reprodução das espécies;

c) parques e praças do município;

d) as áreas de mananciais.

Parágrafo único – Outras áreas de preservação permanentes e fonte alternativa de alimentos integrantes do Vale do Paraopeba deverão ser definidas pelo Município em lei complementar.

SEÇÃO IX DO DESPORTO E DO LAZER

Art. 161 – O Município promoverá, estimulará, orientará, e apoiará a prática desportiva e a educação física, inclusive por meio de:

I – Criação da Liga Municipal de Desportos;

II – destinação de recursos públicos;

III – proteção às manifestações esportivas e preservação das áreas a elas destinadas;

IV – tratamento privilegiado ao desporto não profissionalizado e ao de alto rendimento;

V – criação do calendário esportivo, por lei municipal, com reserva de período para a copa municipal de futebol.

§ 1º - Para os fins do artigo, cabe ao município:

I – exigir, nos projetos urbanísticos e nas unidades escolares públicas, bem como na aprovação dos novos conjuntos habitacionais, reserva de área destinada a praça ou campo de esporte e lazer comunitário;

II – utilizar-se de terreno próprio, cedido ou desapropriado, para desenvolvimento de programa de construção de centro esportivo, praça de esporte, ginásio, áreas de lazer e campos de futebol, necessários à demanda do esporte amador dos bairros da cidade, dos distritos e povoados do município;

III – incluir a educação física como disciplina nos estabelecimentos oficiais de ensino;

IV – manter o funcionamento das instalações desportivas por ele criadas, no que se refere a recursos humanos e materiais.

V – na elaboração do calendário esportivo, atender às ponderações da Liga Municipal de Desportos da Liga Brumadinhense de Futebol.

§ 2º - Cabe à administração regional, na área de sua circunscrição, a execução da política do esporte e lazer definida, com a participação dos segmentos da sociedade interessados pelo órgão ou entidade municipal competente.

§ 3º - O Município garantirá ao portador de deficiência atendimento especial no que se refere à educação física e à prática de atividade desportiva, sobretudo no âmbito escolar.

§ 4º - O Município, por meio da rede pública de saúde, propiciará acompanhamento médico e exames ao atleta integrante de quadros de entidade amadorista carente de recursos.

§ 5º - Cabe ao município, na área de sua competência, regulamentar e fiscalizar os jogos esportivos, os espetáculos e divertimentos públicos.

Art. 162 – O Município apoiará e incentivará o lazer e o reconhecerá como forma de promoção social.

§ 1º - Os parques, jardins, praças e quarteirões fechados são espaços privilegiados para o lazer.

§ 2º - O Poder Público ampliará as áreas reservadas a pedestres.

SEÇÃO X

DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO IDOSO E DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

Art. 163 – O Município, na formulação e aplicação de suas políticas sociais, visará, nos limites de sua competência e em colaboração com a união e o estado, dar à família, condições para a realização de suas relevantes funções sociais.

Parágrafo único – Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade e da maternidade responsáveis, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao município, por meio de recursos educacionais e científicos, colaborar com a União e o Estado para assegurar o exercício deste direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte das instituições públicas.

Art. 164 – É dever da família, da sociedade e do poder público assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º - A garantia de absoluta prioridade compreende:

I – A primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

II – a precedência de atendimento em serviço de relevância pública ou em órgão público;

III – a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

IV – a criação do Conselho Municipal de defesa dos direitos da criança, do adolescente, da gestante, do portador de deficiência e do idoso;

§ 2º - Será punido na forma da lei qualquer atentado do poder público, por ação ou omissão, aos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

Art. 165 – O Município, em conjunto com a sociedade, criará e manterá programas sócio-educativos e de assistência judiciária, destinados ao atendimento de criança e adolescente privados das condições necessárias ao seu pleno desenvolvimento e incentivará ainda, os programas de iniciativa das comunidades mediante apoio técnico e financeiro, vinculado ao orçamento, de forma a garantir-se o completo atendimento dos direitos desta Lei Orgânica.

§ 1º - As ações do município de proteção à infância e à adolescência serão organizadas na forma da lei, com base nas seguintes diretrizes:

I – priorização dos vínculos familiares e comunitários como medida preferencial para a integração social de crianças e adolescentes;

II – participação da sociedade civil na formulação de políticas e programas, assim como a implantação, acompanhamento, controle e fiscalização de sua execução;

III – implantação de serviços de advocacia da criança, atendimento e acompanhamento às vítimas de negligência, abuso, maus-tratos, exploração e tóxico e bebidas alcoólicas.

Art. 166 – O Município promoverá condições que assegurem amparo à pessoa idosa, no que respeite à sua dignidade e ao seu bem estar.

§ 1º - O amparo ao idoso será, quando possível, exercido no próprio lar.

Art. 167 – O município, em cooperação, criará e manterá centros de amparo a velhice.

Art. 168 - O Município garantirá ao portador de deficiência, nos termos da lei:

- I – A participação na formulação de políticas para o setor;
- II – o direito à informação, comunicação, transporte e segurança.

Parágrafo único - O Poder Público estimulará o investimento de pessoas físicas e jurídicas, na adaptação e aquisição de equipamentos necessários ao exercício profissional dos trabalhadores portadores de deficiência, conforme dispuser a lei.

CAPITULO II DA ORDEM ECONÔMICA

SEÇÃO I DA POLÍTICA URBANA

SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 169 – O pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem estar de sua população, objetivos da política urbana executada pelo poder público, serão assegurados mediante:

- I – Formulação e execução do planejamento urbano;
- II – cumprimento da função social da propriedade;
- III – distribuição espacial adequada da população, das atividades socioeconômicas, da infra estrutura básica e dos equipamentos urbanos e comunitárias;
- IV – integração e complementaridade das atividades urbanas e rurais, no âmbito da área polarizada pelo município;
- V – participação comunitária no planejamento e controle da execução de programas que lhes forem pertinentes.

Art. 170 – São instrumentos do planejamento urbano, entre outros:

- I – plano diretor;
- II – legislação de parcelamento, ocupação e uso do solo, de edificações e posturas;
- III – legislação financeira e tributária, especialmente o imposto predial e territorial progressivo e a contribuição de melhoria;

- IV – transferência do direito de construir;
- V – parcelamento ou edificação compulsórios;
- VI – concessão do direito real de uso;
- VII – servidão administrativa;
- VIII – tombamento;
- IX – desapropriação por interesse social, necessidade ou utilidade pública;
- X – fundos destinados ao desenvolvimento urbano.

Art. 171 – Na promoção do desenvolvimento urbano observar-se-á:

- I – ordenação do crescimento da cidade, prevenção e correção de suas distorções;
- II – concessão da excessiva concentração urbana;
- III – indução à ocupação do solo urbano edificável, ocioso ou subutilizado;
- IV – parcelamento do solo e adensamento condicionado à adequada disponibilidade infra-estrutura de equipamentos urbanos e comunitários;
- V – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, do patrimônio histórico, cultural, artístico e arqueológico.
- VI – urbanização, regularização e titulação das áreas ocupadas por população de baixa renda;
- VII – garantia do acesso adequado ao portador de deficiência aos bens e serviços coletivos, logradouros e edifícios públicos bem como a edificações destinadas ao uso industrial, comercial e de serviços, e residencial multi-familiar.

SUBSEÇÃO II DO PLANO DIRETOR

Art. 172 – O Plano Diretor conterá:

- I – Exposição circunstanciada das condições econômicas, financeiras, sociais, culturais e administrativas do município;
- II – objetivos estratégicos, fixados com vistas à solução dos principais entraves ao desenvolvimento social;
- III – Diretrizes econômicas, financeiros, administrativas, sociais, de uso e ocupação do solo, de preservação do patrimônio ambiental e cultural, visando a atingir os objetivos estratégicos e as respectivas metas;
- IV – ordem de prioridades, abrangendo objetivos e diretrizes;
- V – estimativa preliminar do montante de investimentos e dotações financeiras necessárias à implantação das diretrizes e consecução dos objetivos do Plano Diretor, segundo a ordem de prioridades estabelecidas;
- VI – cronograma físico-financeiro com previsão dos investimentos municipais.

Parágrafo único – Os orçamentos anuais, as diretrizes orçamentárias, e o plano plurianual serão compatibilizados no Plano Diretor.

Art. 173 – As diretrizes e metas do Plano Diretor devem estar ajustadas com as definidas para a região metropolitana de Belo Horizonte, especialmente no que se refere às funções públicas de interesse comum metropolitano.

Art. 174 – O Plano Diretor definirá áreas especiais, tais como:

- I – Áreas de urbanização preferencial;
- II – áreas de reurbanização;
- III – áreas de urbanização restrita;
- IV – áreas de transferência do direito de construir;
- V – áreas de regularização;
- VI – áreas destinadas a implantação de programas habitacionais;
- VII – áreas de preservação ambiental.

§ 1º - Áreas de urbanização preferencial são as destinadas a:

- I - Aproveitamento adequado de terrenos não edificados, subutilizados ou não utilizados, observando o disposto no artigo 182 § 4º, I, II e III, da Constituição da República;
- II – implantação prioritária de equipamentos urbanos e comunitários;
- III – adensamento de áreas edificadas;
- IV – ordenamento e direcionamento da urbanização.

§ 2º - Áreas de reurbanização são as que, para melhoria das condições urbanas, exigem novo parcelamento do solo, recuperação ou substituição de construções existentes.

§ 3º - Áreas de urbanização restritas são aquelas, em que a ocupação deve ser desestimulada ou contida, em decorrência de:

- I – necessidade de preservação de seus elementos naturais;
- II – vulnerabilidade a intempéries, calamidades e outras condições adversas;
- III – necessidade de proteção ambiental e de preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural, arqueológico e paisagístico;
- IV – proteção aos mananciais, represas e margens de rios;
- V – manutenção do nível de ocupação da área;
- VI – implantação e operação de equipamentos urbanos de grande porte, tais como terminais rodoviários e ferroviários.

§ 4º - Áreas de regularização são as ocupadas por população de baixa renda, sujeitas a critérios especiais de urbanização, bem como a implantação prioritária de equipamentos urbanos e comunitários.

§ 5º - Áreas de transferência do direito de construir são as passíveis de adensamento, observados os critérios estabelecidos na lei de parcelamento, ocupação e uso do solo.

§ 6º - Áreas de preservação ambiental são aquelas destinadas à preservação permanente, em que a ocupação deve ser vedada, em razão de:

- I – Riscos geológicos, geotécnicos e geodinâmicos;
- II – necessidade de conter o desequilíbrio no sistema de drenagem natural, através de preservação da vegetação nativa;
- III – necessidade de garantir áreas à preservação da diversidade das espécies;
- IV – necessidade de garantir áreas ao refúgio da fauna;
- V – proteção às nascentes e cabeceiras de cursos d'água.

Art. 175 – A transferência do direito de construir pode ser autorizada para o proprietário do imóvel considerado de interesse de preservação ecológica, ou destinado a implantação de programa habitacional.

§ 1º - A transferência do direito de construir pode ser autorizada ao proprietário que doar ao poder público imóvel para fins de implantação de equipamentos urbanos ou comunitários, bem como de programa habitacional.

§ 2º - Uma vez exercida a transferência do direito de construir, o índice de aproveitamento não poderá ser objeto de nova transferência.

§ 3º - O disposto no artigo não se aplica ao imóvel cujo possuidor preencha as condições para a aquisição da propriedade por meio de usucapião.

Art. 176 – A operacionalização do plano diretor dar-se-á mediante a implantação do sistema de planejamento e informações, objetivando a monitoração, a avaliação e o controle das ações e diretrizes setoriais.

Parágrafo único – Além do disposto no art. 21, o Poder Executivo manterá cadastro atualizado dos imóveis do patrimônio estadual e federal, situados no Município.

SEÇÃO II

DO TRANSPORTE PÚBLICO E SISTEMA VIÁRIO

Art. 177 – Incumbe ao Município, respeitada a legislação federal e estadual, planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços públicos ou de utilidade pública relativos a transporte coletivo e individual de passageiros, tráfego, trânsito e sistema viário municipal.

§ 1º - Os serviços que se refere o artigo, incluído o de transporte escolar, serão prestados diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, nos termos da lei.

§ 2º - O Município instituirá no âmbito da sua estrutura administrativa o órgão municipal de gerenciamento do trânsito para o desempenho das funções de planejamento, organização, coordenação, execução, fiscalização, controle do transporte coletivo e de táxi, tráfego, trânsito e sistema viário, entre outras pertinentes. (Redação dada pela Emenda 10)

§ 3º - A exploração de atividade de transporte coletivo que o poder público seja levado a exercer, por força de contingência ou conveniência administrativa, será empreendida por empresa pública.

§ 4º - A implantação e conservação de infra-estrutura viária será de competência do Poder Municipal, incumbindo-lhe a elaboração de programa gerencial das obras respectivas.

Art. 178 - As diretrizes, objetivos e metas da administração pública nas atividades setoriais de transporte coletivo serão estabelecidos em lei que instituir o plano plurianual, de forma compatível com a política de desenvolvimento urbano e metropolitano definida no Plano Diretor do Município.

Art. 179 - Lei Municipal disporá sobre a organização, funcionamento e fiscalização dos serviços de transporte coletivo e de táxi, devendo ser fixadas as diretrizes de caracterização precisa e proteção eficaz do interesse público e dos direitos dos usuários.

§ 1º - É assegurado o direito ao transporte coletivo a todos os habitantes do município, cabendo ao poder público tomar as medidas necessárias para garantir linha regular de transporte coletivo em todos os bairros, distritos e povoados.

§ 2º - É obrigatória a manutenção de linhas noturnas de transporte coletivo em toda a área do município, racionalmente distribuído pelo órgão ou entidade competente.

§ 3º - O poder público promoverá permanente vistoria nas unidades do transporte coletivo, determinando a retirada de circulação dos veículos que não estejam apropriados ao uso e suas imediatas substituições.

§ 4º - O sistema de transporte coletivo fornecerá, para aquisição antecipada pelo usuário, bilhete-transporte de valor equivalente à tarifa vigente.

Art. 180 - O planejamento dos serviços de transporte coletivo deve ser feito com observância dos seguintes princípios:

- I - Compatibilização entre transporte e uso do solo;
- II - integração física, operacional e tarifária entre as diversas modalidades de transporte;
- III - racionalização dos serviços;
- IV - análise de alternativas mais eficientes ao sistema;
- V - progressiva unificação das tarifas;
- VI - participação da sociedade civil.

Art. 181 - As tarifas de serviços de transporte coletivo, de táxi, e de estacionamento público no âmbito municipal serão fixadas pelo Poder Executivo conforme dispuser a Lei.

§ 1º - O Poder Executivo deverá proceder ao cálculo da remuneração do serviço de transporte de passageiros às empresas operadoras, com base em

planilha de custos, contendo metodologia de cálculo, parâmetros e peculiares do sistema de transporte urbano municipal.

§ 2º - As planilhas de custos serão atualizadas quando houver alteração no preço de componentes da estrutura de custos de transporte necessários à operação do serviço.

§ 3º - É assegurado a entidades representativas da sociedade civil, à Câmara e à Defensoria do Povo o acesso aos dados informadores da planilha de custos, a elementos da metodologia de cálculo, a parâmetros e coeficientes técnicos, bem como as informações relativas às fases de operação do sistema de transporte.

Art. 182 – O equilíbrio econômico-financeiro dos serviços de transporte coletivo será assegurado por uma ou mais das seguintes condições, conforme dispuser a lei:

- I – tarifa justa e sua revisão periódica;
- II – subsídio aos serviços;
- III – compensação entre a receita auferida e o custo total do sistema.

§ 1º - O cálculo das tarifas abrange o custo da produção do serviço definido pela planilha de custos e o custo de gerenciamento das concessões ou permissões e controle do tráfego, levando em consideração a expansão do serviço, manutenção de padrões mínimos de conforto, segurança, rapidez e justa remuneração dos investimentos.

§ 2º - A fixação de qualquer tipo de gratuidade no transporte coletivo urbano só poderá ser feita mediante lei que contenha fonte de recursos para custeá-la.

Art. 183 – O serviço de táxi será permitido preferencialmente, na ordem, a:

- I – motorista profissional autônomo;
- II – cooperativa ou associação de motoristas profissionais autônomos;
- III – pessoa jurídica.

Art. 184 – As vias integrantes dos itinerários das linhas de transporte coletivo de passageiros terão prioridade para pavimentação e conservação.

Art. 185 – O poder público construirá terminais de transporte coletivo para onde possam convergir as linhas de ônibus dos principais corredores de transporte do município.

Art. 186 – O Poder Executivo analisará solicitação de alteração no trânsito do município, podendo aprovar, negar ou embargar atos a seu critério e dará ciência de sua decisão ao Poder Legislativo no prazo máximo de trinta dias.

Art. 187 – Nenhuma tecnologia nova no sistema de transporte coletivo poderá ser implantada no Município sem prévia autorização legislativa.

SEÇÃO III DA HABITAÇÃO

Art. 188 – Compete ao poder público formular e executar política habitacional visando à ampliação da oferta de moradia destinada prioritariamente à população de baixa renda, bem como à melhoria das condições habitacionais.

§ 1º - Para os fins deste artigo, o poder público atuará:

- I – Na oferta de habitações e de lotes urbanizados, integrados à malha urbana existente;
- II – na definição de áreas especiais a que se refere o art. 174, VI;
- III – na implantação de programas para redução do custo de materiais de construção;
- IV – no desenvolvimento de técnicas para barateamento final da construção;
- V – no incentivo a cooperativas habitacionais;
- VI – na regularização fundiária e urbanização específica de chacreamentos e loteamentos;
- VII – na assessoria à população em matéria de usucapião;
- VIII – em conjunto com os municípios da região metropolitana, visando ao estabelecimento de estratégia comum de atendimento de demanda regional, bem como à viabilização de formas consorciadas de investimento no setor.

§ 2º - A lei orçamentária anual destinará ao fundo de habitação popular recursos necessários à implantação de política habitacional.

Art. 189 – O Poder Público poderá promover licitação para execução de conjuntos habitacionais ou loteamentos com urbanização simplificada, assegurado:

- I – A redução do preço final das unidades;
- II – a complementação, pelo poder público, da infra-estrutura não implantada;
- III – a destinação exclusiva àqueles que não possuam outro imóvel.

§ 1º - Na implantação de conjunto habitacional, incentivar-se-á a integração de atividades econômicas que promovam a geração de empregos para a população residente.

§ 2º - Na desapropriação de área habitacional, decorrente de obra pública ou na desocupação de áreas de riscos, o poder público é obrigado a promover reassentamento da população desalojada, que será ouvida.

§ 3º - Na implantação de conjuntos habitacionais com mais de trezentas unidades, é obrigatória a apresentação de relatórios de impacto ambiental e econômico-social, e assegurada a sua discussão em audiência pública.

SEÇÃO IV DO ABASTECIMENTO

Art. 190 – O Município, nos limites de sua competência e em cooperação com a União e o estado, organizará o abastecimento, com vistas a melhorar as condições de acesso a alimentos pela população, especialmente a de baixo poder aquisitivo.

Parágrafo único – Para assegurar a efetividade do disposto no artigo, cabe ao poder público, entre outras medidas:

- I – planejar e executar programas de abastecimento alimentar, de forma integrada com os programas especiais de níveis federal, estadual, metropolitano e intermunicipal;
- II – dimensionar a demanda, em qualidade, quantidade e valor de alimentos básicos consumidos pelas famílias de baixa renda;
- III – incentivar a melhoria de sistema de distribuição varejista, em áreas de concentração de consumidores de menor renda;
- IV – articular-se com órgãos e entidades executores da política agrícola nacional e regional, com vistas à distribuição de estoques governamentais prioritariamente aos programas de abastecimento popular;
- V – implantar e ampliar os equipamentos de mercado atacadista e varejista, como galpões comunitários, feiras-livres, garantindo o acesso a eles de produtores e de varejistas, por intermédio de suas entidades associativas;
- VI – planejar e executar programas de hortas comunitárias, especialmente entre a população de baixa renda.

SEÇÃO V DA POLITICA RURAL

Art. 191- O Município adotará programa de desenvolvimento rural, destinados a:

- I – fomentar a produção – agropecuária;
- II – organizar o abastecimento alimentar e fixar o homem no campo, compatibilizados com a política agrícola da União e do Estado.

§ 1º - Os programas objetivam garantir tratamento especial à propriedade produtiva, que atenda à sua função social.

§ 2º - Nos programas de desenvolvimento rural de que trata este artigo fica assegurada a criação de incentivos aos pequenos produtores rurais, para aquisição de adubos e sementes, conforme dispuser a lei.

Art. 192 – O Município efetuará os estudos necessários ao conhecimento das características e das potencialidades de sua zona rural, visando a:

- I – Criar unidades de conservação ambiental;
- II – preservar a cobertura vegetal de proteção das encostas, nascentes e cursos d'água;

- III – propiciar refúgio à fauna;
- IV - proteger e preservar os ecossistemas;
- V – garantir a perpetuação de bancos genéticos;
- VI – implantar projetos florestais;
- VII – implantar parques naturais;
- VIII – ampliar as atividades agrícolas.

SEÇÃO VI

DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 193 – O Poder Público, agente normativo e regulador da atividade econômica, exercerá, no âmbito de sua competência, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, atuando:

- I – na restrição do abuso do poder econômico;
- II – na defesa, promoção e divulgação dos direitos do consumidor;
- III – na fiscalização de qualidade, dos bens e serviços produzidos e comercializados em seu território;
- IV – no apoio à organização da atividade econômica em cooperativas e estímulo ao associativismo;
- V – na democratização da atividade econômica.

Parágrafo único – O Município dispensará tratamento jurídico diferenciado à pequena e microempresa, assim definidas em lei, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

Art. 194– A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividades econômicas sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.

Parágrafo único – As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

SUBSEÇÃO II

DO TURISMO

Art. 195 – O Município, apoiará e incentivará o turismo como atividade econômica, reconhecendo-o como forma de promoção e desenvolvimento social e cultural.

Art. 196 - Cabe ao Município, obedecida a legislação federal e estadual, definir a política municipal de turismo e as diretrizes e ações, devendo:

I – adotar, por meio de lei, plano integrado e permanente de desenvolvimento do turismo em seu território;

II – estimular e apoiar a produção artesanal local, as feiras, exposições, eventos turísticos e programas de orientação e divulgação de projetos municipais, bem como elaborar o calendário de eventos;

III - regulamentar o uso, ocupação e fruição de bens naturais e culturais de interesse turístico, proteger o patrimônio ecológico e histórico-cultural e incentivar o turismo social;

IV - promover a conscientização do público para preservação e difusão dos recursos naturais e do turismo como atividade econômica e fator de desenvolvimento.

§ 1º - O Município consignará no orçamento recursos necessários à execução da política de desenvolvimento do turismo.

§ 2º - O poder executivo adotará as medidas necessárias para que, no carnaval e em outras datas e eventos festivos, seja liberado o maior número possível de praças, avenidas e ruas para que a população livremente se manifeste.

TITULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 197 – Além do previsto nos arts. 46 e 145, V, a lei complementar que dispuser sobre o estatuto do pessoal do magistério público atribuirá, entre outros, os seguintes direitos ao profissional de educação:

I – Adicional de, no mínimo, dez por cento sobre o vencimento e gratificação inerente ao exercício de cargo ou função, a cada período de cinco anos de efetivo exercício, o qual àqueles se incorpora para o efeito de aposentadoria.

II – pagamento por habilitação;

III – adicional por regência de turma, enquanto no efetivo desempenho das atribuições específicas do cargo;

IV – progressão horizontal e vertical;

V – recesso escolar;

VI – período sabático, com duração de cento e vinte dias, a cada seis anos de efetivo exercício do magistério;

VII – vencimento fixado a partir do valor que atenda às necessidades básicas do servidor e às de sua família, respeitado o critério de habilitação profissional;

Art. 198 – Compete ao Conselho Municipal de Direitos Humanos propagar os direitos e garantias fundamentais, assegurados na declaração universal dos Direitos do Homem e na Constituição da República, investigar-lhes as violações, encaminhar denúncias a quem de direito e zelar para que sejam respeitados pelo Poder Público.

Art. 199 – São símbolos municipais o Brasão e outros estabelecidos em lei.

§ 1º - Comemorar-se-á, anualmente, em dezessete de dezembro, o dia do município, como data cívica.

§ 2º - É vedada a antecipação dos feriados municipais.

Art. 200 – Ficam asseguradas ao município:

I – a participação no resultado da exploração de recursos minerais em seu território, ou correspondente compensação financeira, prevista no art. 20, § 1º, da Constituição da República.

II – o reembolso dos custos de serviços prestados pela prefeitura municipal no licenciamento ambiental de atividades e obras;

III – a arrecadação de multas previstas na legislação ambiental.

Art. 201 – Quando a execução de função pública de interesse comum da região metropolitana couber ao município, na forma da lei complementar estadual, observar-se-á a distribuição de competências entre os Poderes Legislativos e Executivo previstas nesta Lei Orgânica.

Art. 202 – O tombamento para fins de preservação de monumentos naturais, paisagísticos, artísticos, culturais ou históricos pelo município serão objeto de processo administrativo próprio e específico em cada caso. **(Redação dada pela Emenda 08)**

~~I – O alinhamento montanhoso da Serra dos Três Irmãos; (Suprimido pela Emenda 04)~~

~~II – as áreas de proteção dos mananciais; (Suprimido pela Emenda 04)~~

~~III – os rios Paraopeba e Águas Claras e Ribeirões; (Suprimido pela Emenda 04)~~

~~IV – os parques urbanos; (Suprimido pela Emenda 04)~~

~~V – o conjunto arquitetônico e paisagístico da Igreja Nossa Senhora da Piedade; (Suprimido pela Emenda 04)~~

~~VI – o conjunto arquitetônico e paisagístico da Igreja Nossa Senhora da Conceição em Conceição de Itagua; (Suprimido pela Emenda 04)~~

~~VII – o conjunto arquitetônico e paisagístico da Fazenda dos Martins; (Suprimido pela Emenda 04)~~

~~VIII – o conjunto arquitetônico e paisagístico da Igreja Nossa Senhora do Belo Ramo; (Suprimido pela Emenda 04)~~

~~IX – o conjunto arquitetônico e paisagístico da Igreja de Santo Antônio de Inhotim; (Suprimido pela Emenda 04)~~

~~X – o conjunto arquitetônico e paisagístico da Igreja São Sebastião de Brumadinho; (Suprimido pela Emenda 04)~~

~~XI – as matas do coronel Cambraia e Joaquim Moreira; (Suprimido pela Emenda 04)~~

~~XII – o conjunto arquitetônico e paisagístico da Ponte sobre o Rio Paraopeba; (Suprimido pela Emenda 04)~~

~~XIII – o conjunto arquitetônico e paisagístico do edifício da Fundação Cultural de Brumadinho, antigo ginásio São Sebastião; (Suprimido pela Emenda 04)~~

~~XIV – o conjunto arquitetônico e paisagístico da Estação da Rede Ferroviária Federal S/A; (Suprimido pela Emenda 04)~~

- ~~XV — o conjunto arquitetônico e paisagístico das ruínas do conhecido “forte de Brumadinho”; (Suprimido pela Emenda 04)~~
- ~~XVI — o conjunto arquitetônico e paisagístico da igreja Jesus, Maria e José da Boa Vista do Aranha; (Suprimido pela Emenda 04)~~
- ~~XVII — o conjunto arquitetônico e paisagístico dos condomínios Retiro das Pedras e Retiro do Chalé; (Suprimido pela Emenda 04)~~
- ~~XVIII — o conjunto arquitetônico e paisagístico da Fazenda de propriedade do Senhor Joaquim Maia, no povoado Marques; (Suprimido pela Emenda 04)~~
- ~~XIX — o conjunto arquitetônico e paisagístico da Igreja Nossa Senhora das Mercês do Tejuco; (Suprimido pela Emenda 04)~~
- ~~XX — o conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça de Esporte “Tarcisio Friche Passos”, nela incluído o centro Cultural; (Suprimido pela Emenda 04)~~
- ~~XXI — cachoeiras na Serra do Retiro do Chalé em Mãe d’água; (Suprimido pela Emenda 04)~~
- ~~XXII — cachoeira no nascente do Capão do Valente, na serra do Retiro do Chalé; (Suprimido pela Emenda 04)~~
- ~~XXIII — conjunto arquitetônico e paisagístico da Igreja Matriz Santo Antônio de Suzana; (Suprimido pela Emenda 04)~~
- ~~XXIV — o conjunto arquitetônico e paisagístico da Igreja São Cristóvão, do Bairro Santa Efigênia; (Suprimido pela Emenda 04)~~
- ~~XXV — o conjunto arquitetônico e paisagístico da Igreja Santana de Soares; (Suprimido pela Emenda 04)~~
- ~~XXVI — o conjunto arquitetônico e paisagístico da Matriz São José, em São José do Paraopeba; (Suprimido pela Emenda 04)~~
- ~~XXVII — o conjunto arquitetônico e paisagístico da Igreja do Rosário em São José do Paraopeba; (Suprimido pela Emenda 04)~~
- ~~XXVIII — o conjunto arquitetônico e paisagístico da Fazenda Três Barras, no Povoado de Ribeirão; (Suprimido pela Emenda 04)~~
- ~~XXIX — o conjunto arquitetônico e paisagístico da Igreja do Povoado de Sapé; (Suprimido pela Emenda 04)~~
- ~~XXX — o conjunto paisagístico da Serra e das Matas da Bucaima, na propriedade do Senhor José Amaral. (Suprimido pela Emenda 04)~~

ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 1º - Dentro de cento e oitenta dias da data da promulgação da Lei Orgânica, proceder-se-á à revisão dos direitos de servidor público municipal inativo e pensionista e à atualização dos proventos ou pensões a eles devidos, a fim de ajustá-los ao disposto na Lei Orgânica.

Art. 2º - O Poder Executivo reavaliará todas as isenções, incentivos e benefícios fiscais em vigor e proporá ao Poder Legislativo as medidas cabíveis.

Parágrafo único – Considerar-se-ão revogados, após seis meses, contados da promulgação da Lei Orgânica, os incentivos que não forem confirmados por lei.

Art. 3º - Serão revistas pela Câmara, nos dezoito meses contados da data da promulgação da Lei Orgânica, a doação, venda, permuta, doação em pagamento e cessão, a qualquer título, de imóvel público realizadas de primeiro de janeiro de 1980 até a mencionada data.

§ 1º - A revisão obedecerá aos critérios de legalidade e de conveniência ao interesse público e, comprovada a ilegalidade ou havendo interesse público, os bens reverterão ao patrimônio do município.

§ 2º - Verificada a lesão ao patrimônio público e a impossibilidade de reversão, o Poder Executivo tomará as medidas judiciais cabíveis visando ao ressarcimento dos prejuízos, sob pena de responsabilidade.

§ 3º - Fica o Prefeito Municipal obrigado, nos primeiros seis meses do prazo referido no artigo, a remeter à câmara todas as informações e documentos, bem como, a qualquer tempo, colocar à disposição dela os recursos humanos, materiais e financeiros necessários ao desempenho da tarefa, sob pena de responsabilidade.

§ 4º - As despesas previstas para o trabalho de revisão serão consignados nos orçamentos dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo obrigado a participar de fundos de incentivo, conforme dispuser a lei municipal, na criação e manutenção da Associação Cooperativa de Alimentação dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 5º - A administração pública municipal tem cento e oitenta dias para se adaptar às normas do art. 37.

Art. 6º - O Município promoverá a ampliação, a recuperação e aparelhamento das unidades municipais de ensino, no prazo máximo de doze meses posteriores à promulgação da Lei Orgânica.

Art. 7º - Comissão paritária instalada no prazo máximo de trinta dias da promulgação da Lei Orgânica, composta por representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e de entidades representativas dos profissionais de educação, elaborará anteprojetos de leis referentes ao estatuto do magistério e ao quadro de pessoal das escolas municipais, os quais serão enviados ao Prefeito no prazo máximo de cento e vinte dias contados da instalação.

Parágrafo único - O Poder Executivo enviará os projetos de lei, elaborados com base nos anteprojetos mencionados à apreciação da Câmara, no prazo máximo de trinta dias, contados do recebimento das propostas.

Art. 8º - Até que a rede pública possa absorver a demanda, o Poder Público poderá firmar convênios com instituições particulares para atendimento ao aluno excepcional carente.

Art. 9º - Em caso de convênio com instituições particulares para atendimento ao aluno excepcional, a cessão de pessoal de magistério para o fim

de orientação psico-pedagógica ao educando se dará com todos os direitos e vantagens do cargo, como se em exercício em unidade do sistema municipal de ensino.

Art. 10 – O Município obriga-se a fornecer ajuda financeira para que as creches comunitárias conveniadas com o Poder Público remunere seus monitores, na proporção de uma para cada dez crianças, até que possa assumir diretamente a totalidade delas.

Art. 11 – O Município elaborará, no prazo de seis meses da promulgação da Lei Orgânica, plano plurianual de proteção e controle ambiental, incluindo diagnóstico e programas detalhados de preservação, reabilitação e melhoria da qualidade do meio ambiente.

Art. 12 – O Município promoverá a construção do matadouro, resguardando o previsto no artigo 134 da Lei Orgânica, no prazo de seis meses da promulgação desta.

Art. 13 – Os comodatos terão vigência máxima de 05 anos, renováveis, ressalvando-se as exceções previstas em lei municipal.

Art. 14 – Os aforamentos serão regidos na forma do art. 49 e seus parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Câmara Municipal de Brumadinho, 20 de Março de 1.990 – Valdemar Rodrigues de Castro, Presidente, Custódio Luiz da Silva, Vice Presidente – Luiz Geraldo do Amaral, Secretário – Mary de Mello Silva, Relatora – Adriano Bernardes de Souza, Presidente da Comissão Especial – José Rodrigues de Paiva, Vice Presidente – Carlos Mendes de Lima, Secretário – Geraldo Luiz Machado Rezende, Relator Adjunto – Antenor Vieira do Amaral – Custódio Antunes Pereira – Guilhermino Magalhães – Jadir Lucas Machado – José Fontoura de Oliveira.